

GERÊNCIA DE ORIENTAÇÃO, NORMAS E PROCEDIMENTOS - GONP

CHEFIA DAS AÇÕES DE ORIENTAÇÃO - COR

BOLETIM Nº 19/2011

ASSUNTO: Concessão e pagamento de Diárias com recursos de convênio

LEGISLAÇÃO: Lei nº 6.123/64 e Decreto Estadual nº 25.845/03 e alterações posteriores

DATA: 21/06/2011

CONCESSÃO E PAGAMENTO DE DIÁRIAS COM RECURSOS DE CONVÊNIO

A Secretaria da Controladoria Geral do Estado – SCGE, através da Gerência de Orientação, Normas e Procedimentos – Chefia das Ações de Orientação, no exercício de sua atribuição de orientação aos gestores públicos estaduais, e, com a finalidade de veicular o entendimento deste Órgão de Controle Interno, no tocante à concessão e pagamento de diárias decorrentes da execução de convênios firmados entre este Ente Federado e a União, vem, por meio desse informe, orientar:

A diária é uma vantagem concedida ao **servidor** ou **empregado** que se deslocar da sua sede de trabalho em objeto de serviço ou missão oficial, inclusive treinamentos, congressos, seminários e eventos similares, de interesse do Estado, correspondentes ao período de ausência, a título de indenização das despesas com pousada e alimentação. A referida vantagem foi instituída pelo artigo 148 da Lei nº 6.123/68, Estatuto do Servidor Público Estadual, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 25.845/2003 e alterações posteriores.

Apesar de haver clara disposição legal acerca da concessão e pagamento de diárias, as dúvidas são corriqueiras quando se trata de concessão da dita vantagem para execução do objeto de convênio firmado entre o Estado e a União.

É de saber, contudo, que, os servidores estaduais estão sujeitos às normas estaduais, e, portanto, nos meandros da Lei instituidora e do Decreto estadual regulamentador, as diárias serão concedidas a título de indenização pelas despesas com pousada e alimentação, ao servidor que se deslocar da sua sede para cumprir determinada ação de interesse do estado. Assim, quisesse a legislação estadual excepcionar a regra, ter-se-ia feito expressamente, e se não o fez, não há espaço para interpretação distinta senão aplicar as regras estaduais para os servidores estaduais quando fizer jus às diárias (ainda que pagas com recursos do convênio).

Dito isso, RECOMENDAMOS aos gestores públicos estaduais que, diante da necessidade de conceder e pagar DIÁRIAS a Servidores ou Empregados Estaduais com recursos de convênio firmados com a União, e desde que haja previsão no plano de trabalho (independentemente da fonte de recursos a ser utilizada – convênio ou contrapartida), que o faça em estrita observância ao Decreto Estadual nº 25.845/2003 e alterações, ou seja, as diárias devem ser concedidas de acordo com os valores previstos nas tabelas (nacional e internacional) anexas ao referido decreto;

Esta SCGE, através da Chefia das Ações de Orientação, coloca-se à disposição para maiores esclarecimentos.